

Articulação feminista em Campinas SP uma reflexão sobre interseccionalidade e paridade política

Resumo

As relações nos movimentos feministas também têm os seus conflitos internos, na busca de refletir sobre isso na cidade de Campinas/SP, a partir da inserção de coletivos de mulheres negras, busca-se possíveis alternativas para questão dos conflitos ideológicos e estruturais contidos nas organizações e o embate de um grupo novo se estabelecer na cidade, a partir da mobilização dos conceitos de *participação paritária* em Nancy Fraser e de *quilombo* em Beatriz Nascimento.

Interseccionalidade – Participação Paritária – Feminismo Negro – Quilombo

Feminist articulation in Campinas SP a reflection on intersectionality and political parity

Abstract

The relations in the feminist movements also have their internal conflicts, in the search to reflect on this in the city of Campinas / SP, from the insertion of groups of black women, it looks for possible alternatives to the question of the ideological and structural conflicts contained in the organizations and the clash of a new group to establish itself in the city, from the analysis of the concept of parity participation in Nancy Fraser and quilombo in Beatriz Nascimento.

Intersectionality - Joint Participation - Black Feminism – Quilombo

I

Esse artigo tem como proposta debater as participações das mulheres negras em grupos feministas já estabelecidos na cidade de Campinas/SP, de como avançar nas ações feministas, politicamente, com a inclusão das diversidades de mulheres existentes. Recuperam-se algumas ações do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzáles e da Frente de Mulheres Negras de Campinas/SP e Região no que tange a inserção inicial dessas organizações nas discussões e ações já existentes em Campinas/SP. Será observada a documentação de análise de ambas organizações e as narrativas de participação das mulheres negras que integram essas organizações, muitas vezes recorre-se a atas, informes, manifestos e repasses enviados à essas organizações.

Em um primeiro momento descreve-se como se deu a construção do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzáles e a Frente de Mulheres Negras de Campinas/SP e Região pontua-se a receptividade desses grupos em espaços políticos feministas já existentes, em um segundo momento trata-se a reflexão acerca do processo de hierarquização interseccional (Collins, 2000) nessas relações, como as relações nesses espaços se estabelecem para a conclusão de um objetivo em comum e de como os marcadores de opressão influenciam nos relacionamentos e desdobramentos políticos nesses espaços, e por vezes, segue nas diversas ações políticas da cidade. Para finalizar há a tentativa de relacionar a noção de paridade participativa de Nancy Fraser para reflexão do que poderíamos estabelecer como espaço democrático para o feminismo e para as mulheres.

II

Coletivo de mulheres negras Lélia Gonzáles¹

O Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzáles atua em Campinas/SP e Região há pouco mais de dois anos com a proposta de discutir a interseccionalidade a partir de ações em territórios periféricos de Campinas/SP e região. As integrantes do coletivo já estabeleciam contato com os diversos territórios e algumas organizações de militância com os ideais de esquerda, porém, não integravam essas organizações ativamente, embora a maioria participasse desses espaços não militavam em nenhuma organização, com exceção de

¹ O Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzáles existe em Campinas/SP desde 2015 e reúne mulheres negras a fim de debater interseccionalidade e realizar atividades de formação em territórios periféricos.

algumas poucas mulheres que integravam o Núcleo de Consciência Negra da Unicamp², Radio Muda³, Coletivo Cláudia da Silva⁴, FICAFRO⁵ (Fórum de Integração Cultural Afro-brasileiro da Unicamp) entre outras organizações que discutiam a questão racial em Campinas/SP.

Montou-se uma agenda de discussões⁶ sobre o que seria primordial saber para pensar a interseccionalidade nos mais diversos âmbitos e esmiuçá-la principalmente no que diz respeito às mulheres negras. Pensar nas demandas dos territórios foi um ponto pacífico nas discussões, as integrantes observavam que a cidade de Campinas/SP tem especificidades. A ação inicial foi mapear os territórios periféricos de Campinas/SP e região e refletir sobre quais seriam as suas demandas de formação de acordo com as vivências das integrantes e como se daria a interação com esses espaços.

As integrantes viam que não se esgota o debate em raça, classe e gênero nas teóricas que tivemos acesso, a percepção era de que a noção de raça precisava ser dimensionada, gênero precisava ser dimensionado e classe precisava ser dimensionada em uma perspectiva brasileira minimamente. Há diversas discussões sobre raça, classe e gênero, mas qual a noção de raça, de classe e de gênero que usariam e que caberiam na realidade das pessoas que estavam lidando nos espaços periféricos? Ou teriam que criar e pensar esse conceito a partir das práticas?

Diante de todas essas possibilidades no decorrer das atividades e dos estudos coletivos houve a conclusão de que as perspectivas de gênero, raça e classe que correspondiam ao trabalho e a proposta de atuação, inicialmente dialogavam com as noções (Gonzales, 1984) e (Crenshaw, 2002). A percepção de conceito de interseccionalidade mobilizado na academia, não respondiam as questões empíricas, a partir do texto “Racismo e sexismo na cultura

² O Núcleo de Consciência Negra da Unicamp é um coletivo de jovens estudantes negros e negros que realizam ações coletivas na universidade em prol da luta antirracista.

³ Coletivo que milita pelo direito aos meios de comunicação de forma emancipadora e livre.

⁴ Organização de Mulheres Negras que realizam ações educativas na cidade de Campinas/SP

⁵ Fórum ligado a Pró-reitora da Unicamp em cumprimento da portaria 922/09 do Ministério da Saúde, “tem como objetivo geral promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS.” <<http://www.preac.unicamp.br/?p=2303>> acessado em 26 de abril 2018

⁶ a) Formação interna; b) Produzir material teórico com as discussões sobre a temática do feminismo negro, averiguação do impacto da formação na atuação do coletivo; c) Mapeamento das comunidades de coletivos de mulheres negras de Campinas/São Paulo/Brasil; d) Montagem de acervo físico sobre feminismo negro na Casa de Cultura Taíñã em Campinas/São Paulo/Brasil;

brasileira” de (Gonzales, 1984), onde a autora se propõe a debater como o discurso da democracia racial tem como resultado a identificação e propagação mesmo em uma relação de dominador e dominados:

...o porquê dessa identificação. Ou seja, que foi que ocorreu, para que o mito da democracia racial tenha tido tanta aceitação e divulgação? Quais foram os processos que teriam determinado sua construção? Que é que ele oculta, para além do que mostra? Como a mulher negra é situada no seu discurso? (Gonzales, 1984, p. 224)

Acessar essa noção fez toda a diferença, saber de que ponto parte a constituição das noções de gênero a partir da discussão de Lélia Gonzáles, dentro do conceito dos estereótipos das mulheres negras: “mulata, doméstica e mãe preta” que foram criados e amplamente propagados e perduram até hoje como legado da escravidão:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (Gonzales, 1984, p. 224)

Esse conteúdo inseriu outras noções, contribuíram para que o aprendizado e noções do que se realiza nesse coletivo fizesse sentido com a teoria e de como é importante, o resgate de teóricas e teóricos brasileiros acerca da questão racial, são parte da abordagem do coletivo, e foi de extrema importância para o desenvolvimento não só das integrantes como das atividades exercidas pelo coletivo. Com a constituição do coletivo e suas atividades em andamento notou-se a necessidade de articulação política com outros coletivos, por demandas das formações nos territórios, para se integrar a organizações que já estavam estabelecidas e/ou dialogavam com o território e por demanda de intervenções específicas⁷.

A constituição de um coletivo feminista limitado às mulheres negras e com a proposta de atuação em espaços periféricos com tantos coletivos feministas existentes e tantos outros atuantes em espaços periféricos traz a reflexão do quanto o sentimento de não-pertencimento e ao mesmo tempo a inquietude de pertencer, trouxe a perspectiva de raça, classe e gênero não só na constituição, mas na atuação e no desenvolvimento do coletivo. Nota-se também que a constituição, atuação e desenvolvimento refletem a vivência das mulheres que o constituem.

⁷ Como exemplo citamos o evento do dia 19 de agosto de 2015 foi realizada uma roda de conversa em parceria com o Barracão Teatro (mais informações sobre <<http://barracaoteatro.com.br/>>sobre a representatividade de negras e negros no teatro.

Para ficar um pouco mais nítida essa situação de “pertencimento e não-pertencimento” trazemos o exemplo de (Crenshaw, 2002, p. 5):

Chegou o dia, caminhamos até a porta da frente da agremiação e tocamos a campainha. Nosso colega negro abriu a porta e saiu muito envergonhado, muito sem jeito. Então ele disse: “Estou muito constrangido, pois esqueci de dizer que vocês não podem entrar pela porta da frente”. Meu colega imediatamente retrucou: “Bem, se não pudermos entrar pela porta da frente, não vamos entrar. Não vamos aceitar qualquer discriminação racial”. O colega anfitrião esclareceu: “Não é uma questão de discriminação racial. Você pode entrar pela porta da frente. A Kimberle é que não pode, porque ela é mulher” Aí veio a surpresa, meu colega disse: “Ah, então não tem problema: vamos entrar pela porta dos fundos”. E enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero.

Esse não-pertencimento tem haver também com a “segmentação” ou “isolamento” das pautas serem tratadas como restritas e internas ao grupo em que incide determinada opressão, essa “segmentação” ocorre na perspectiva desse trabalho, por dois motivos:

1. O reconhecimento das duas imbricações principais (gênero e raça) que cruzam um mesmo corpo, por suas iguais.
2. O não-reconhecimento das duas imbricações principais (gênero e raça) que cruzam um mesmo corpo, por suas iguais de apenas uma das imbricações: ou gênero ou raça.

Logo, homens negros não reconhecem mulheres negras em sua totalidade, as reconhecem apenas, em sua maioria, quando o assunto é raça, como no exemplo acima. As mulheres brancas as reconhecem apenas quanto mulheres, cada grupo retira das mulheres negras o que lhes convém e o que é reconhecível com o outro. Entre mulheres negras também não há homogeneidade, porém as duas imbricações mais explícitas e principais possibilita maior interação desse grupo, como nos traz (Collins, 2000, p. 66)

A capacidade das mulheres negras de cooperar entre as linhas de classe para o empoderamento coletivo não é nova, mas as maneiras pelas quais essas linhas de classe foram redesenhadas dentro de uma economia política global são. Todas as mulheres afro-americanas encontram o tema comum de ter nosso trabalho e experiências familiares moldados por opressões cruzadas de raça, gênero e classe.

Essa noção de pertencimento e não-pertencimento das mulheres negras e o olhar do “outro” em reconhecimento e/ou não-reconhecimento, implica em algo muito concreto que é a existência em si dessas mulheres negras, e a partir disso podemos observar todo o tipo de

situações constrangedoras a que são submetidas quando estão em espaços que não reconhecem a sua totalidade quanto pessoa.

*Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região*⁸

A Frente de Mulheres Negras de Campinas/SP e Região criada a partir de 25 de julho de 2015 em um evento de comemoração das Mulheres Negras Afro-Latinas e Caribenhas onde as participantes se organizaram para ir a Brasília na Marcha das Mulheres Negras⁹ que ocorreu em 18 de novembro de 2015, havia necessidade de financiamento para transporte, alimentação entre outras necessidades da viagem. Para tanto a organização se deu em forma de plenárias onde eram convocadas mulheres negras que manifestassem interesse em ir à marcha, dividia-se as tarefas e os comunicados pessoalmente nas plenárias e virtualmente por um grupo de e-mails com os contatos das integrantes. Nas plenárias notou-se que para além das mulheres negras, elas participavam ativamente de organizações de militância de diversos setores, foi percebido que algo as unia e mais, a diversidade de campos em que atuavam na militância interligava as mulheres.

Embora as participantes quisessem ir à marcha, havia um incomodo com o manifesto oficial¹⁰, havia o sentimento que ao mesmo tempo em que estavam contempladas não estava completo esse manifesto.¹¹ Nesse sentido a frente realizou uma plenária denominada “Porque marchamos?” foi realizada uma dinâmica em que cada participante tinha que relatar qual era o seu motivo de ida à marcha dessas constatações construíram um manifesto¹²:

Entre as ações, deliberamos a participação na Marcha Nacional de Mulheres Negras – 18 de novembro de 2015 – e pensamos o quanto seria interessante sintetizarmos uma posição das mulheres de Campinas/SP, no sentido de contribuir para o debate do que é o “Bem-Viver”, que

⁸ Sobre a importância da Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região <<http://elogieumairmanegra.com/resistencia-negra-campinas/>> acessado em 13 de abril de 2018.

⁹ Para mais informações <<http://www.geledes.org.br/tag/marcha-das-mulheres-negras-2015/>> acessado em 13 de abril de 2018.

¹⁰ Para mais informações: <<http://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contrario-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/>> acessado em 13 de abril de 2018.

¹¹ Quando pontuamos um pouco mais acima que as mulheres negras, embora consigam uma interação como “iguais” não são um grupo homogêneo nesse caso da Marcha das Mulheres Negras fica nítida a questão do reconhecimento e não-reconhecimento e da diversidade e atritos existente nesse grupo.

¹² Para acesso ao conteúdo integral <<http://www.vermelho.org.br/noticia/273142-39>> acessado em 15 de abril de 2018.

está diretamente ligado às nossas questões interseccionadas entre raça, gênero e classe. (Portal Vermelho, 2015)

A Frente conseguiu o financiamento necessário para participar da marcha, porém não se esgotou a necessidade de existência dessa rede de mulheres negras inseridas nos mais diversos campos de militância¹³.

A partir daí [Marcha das Mulheres Negras 2015], nossa proposição foi a de estabelecer um debate amplo e autogestado com mais mulheres negras que hoje integram a FRENTE: coletivos e movimentos sociais dos municípios de São Paulo, Pedreira e Hortolândia, que participaram da Plenária de Mulheres Negras ocorrida no dia 1º de Novembro, na Casa de Cultura Fazenda Roseira. (Manifesto Frente, 2016)¹⁴

Interação em espaços políticos feministas já existentes

Tanto a FMNCR quanto o CMNLG participaram ativamente das construções políticas em torno das pautas raciais e de gênero na cidade de Campinas/SP. As reuniões que antecedem e constroem o 8 de março em Campinas/SP foi um dos focos de participação das duas organizações para uma parte da articulação política em torno das pautas e propostas.

As reuniões de construção do 8 de março foram marcadas por alguns incômodos e situações constrangedoras para as mulheres negras que ocuparam esse espaço, práticas como silenciamentos, reprodução de estereótipos racistas e o extremo se deu em uma das discussões sobre o conteúdo do Manifesto do 8 de Março, uma das participantes da reunião expos o seu incômodo argumentando que ao citar a Marcha das Mulheres Negras e a Marcha das Margaridas no Manifesto do 8 de março seria “governista”, na época a participante que realizou essa exposição sobre o conteúdo compunha um partido que tinha como bandeira diante da conjuntura política “Fora todos”.

Nessa situação, a percepção das pessoas umas às outras quanto categoria, remete a padrões de comportamentos que pormenorizam as pessoas que estão em marcadores como raça, classe e gênero rebaixados socialmente, mas nessa situação específica eram dois marcadores que apontavam a legitimidade de argumentação da oposição a citação no manifesto, sobre a defesa de seu posto social perante as demais, pode-se atribuir que “ser constituído por *padrões institucionalizados de valor cultural* de modos que impedem que o indivíduo participe da vida social como igual.” (Honneth and Fraser; Axel, 2003) Por mais

¹⁴ Manifesto na íntegra em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/273142-1>> acessado em 13 de abril de 2018.

que houvesse o comum acordo de todas as mulheres sobre reivindicar direitos, por mais que o reivindicar de pautas que atravessam algumas mulheres como a questão racial e de classe não fossem impeditivos concretos para as demais pautas, isso se tornou um problema.

A solidariedade por parte das mulheres presentes foi instantânea, inclusive até problemática, a maioria se inscreveu para falar antes mesmo que as mulheres negras presentes e inscritas para fala se posicionassem, quando finalmente uma das mulheres negras presentes conseguiu falar destacou o racismo e o classismo na exposição da participante em se colocar dessa forma com relação a essas duas marchas e como era reducionista pensar que essas mulheres não podem se organizar politicamente para reivindicar direitos de forma autônoma e auto-organizada, colocando como condição para os dois grupos de mulheres que compõem essas marchas: negras e camponesas, a tutela do governo em questão. Proporcionando dessa maneira a invisibilidade de suas ações e declarando a incredulidade na auto-organização das mulheres negras e camponesas.

Em outro momento uma militante do movimento LGBT de Campinas/SP destacou para que o debate fosse apenas sobre a questão das mulheres e não de gênero. Entre outras questões nas reuniões: não reconhecem as profissionais do sexo organizadas em Campinas/SP¹⁵ como as próprias se autodenominam: “profissionais do sexo”. Continuam a chama-las de “prostitutas” mesmo sabendo do movimento dessas mulheres na cidade. Não havia uma mulher transexual e travesti compondo as reuniões e quando essas mulheres se apresentaram no dia do ato foram impedidas de falar suas demandas no microfone, pois não tinham participado das reuniões se organização anteriores. Uma das organizações participantes cedeu a fala para elas apresentarem suas demandas.

Nesses posicionamentos é perceptível o quanto o movimento feminista em Campinas/SP precisa avançar no que tange politicamente a intersecção e convivência com as diversidades. O estado de alerta e de defesa desnecessários nessas posturas relatadas deixa exposto o desconforto dessas mulheres de onde muito provavelmente resultam esses comportamentos seja consciente ou inconscientemente.

¹⁵ “A Associação Mulheres Guerreiras (AMG) surgiu oficialmente em 2007 e é a principal organização local que presta auxílio às profissionais do sexo que trabalham no Jardim Itatinga e/ou na região de Campinas, buscando impedir violações de direitos e assegurando um bom ambiente de trabalho para a categoria. Um de seus principais objetivos está na luta pela aprovação da regulamentação da atividade que tire o exercício da profissão da criminalidade e também o atendimento às prostitutas em casos de violação de direitos.” <<http://emporiiodireito.com.br/tag/associacao-das-mulheres-guerreiras/>> acessado em 10 de abril de 2018.

III

Para o desenvolvimento mobilizamos algumas teorias do campo da psicologia social, em junção com as noções de interseccionalidade, porém quero trazer a reflexão de interseccionalidade ancorada nas percepções das situações citadas nesse artigo. Quando nos referimos a interseccionalidade estamos falando sobre opressão - é importante sempre ressaltar que não há uma hierarquia nisso - e interação social dos indivíduos, dentro da interação social colocada nesse trabalho, temos dois movimentos: a) o corpo socialmente reconhecido como inferior, onde atravessam diversos marcadores de opressões; b) o corpo que também atravessam diversas opressões, mas se posicionam a partir de alguma legitimação social que o torna superior. Para tanto nos embasamos em (Schucman, 2012, p.23) e o conceito de branquitude:

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades. Nas palavras de Foucault, trata-se, ao definir metodologicamente os estudos sobre poder, “de não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão”, mas sim de estudá-lo sob a perspectiva de sua externalidade, no plano do contato que estabelece com o seu objeto, com o seu campo de aplicação. Trata-se, afinal, de buscar o poder naquele exato ponto no qual ele se estabelece e produz efeitos (Foucault, 1999, p. 33).

Quando citamos o desconforto e tentativa de impedimento de citar as marchas, temos um exemplo dessa interação social e dessa noção de interseccionalidade que propomos, vemos a necessidade consciente ou inconsciente da branquitude se afirmar quanto símbolo de poder para as demais, a partir de algumas legitimações sociais que vigoram e atravessam o seu corpo a partir de desigualdades decorrentes de outros e com efeitos materiais nessas interações e nesses corpos. (Schucman, 2012) utiliza a noção de poder contida em (Foucault, 2001) para compreender essas ações de micropoder na qual concordamos:

compreendendo-o como uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais. Pensar o poder da identidade racial branca dessa maneira também tem o intuito de retirar o olhar que aponta o racismo para cada sujeito em particular e recolocá-lo para o entendimento de estruturas de poder sociais com particularidades de cada sociedade em questão. (Schucman, 2012, p. 23)

O dialogo para as pautas feministas entre as mulheres precisa prosseguir o mais politicamente possível, por vezes o panorama do feminismo tem aparecido de forma a

considerar alguns grupos e alguns interesses de forma que as alianças a outros grupos são requisitadas, porém a cidadania e democracia restrita mesmo em espaços com pautas e propostas avançadas e com vislumbre em uma cidadania e democracia plena são incapazes de realizar adesão às demandas de grupos colocados abaixo na hierarquização social.

A noção de paridade participativa alavancado por (Fraser, 2012), traz algumas reflexões e caminhos possíveis para onde o movimento feminista pode caminhar para que o alvo seja a luta contra todas as opressões que caem sobre as mulheres e não só o ponto que atinge um grupo especificamente:

Fraser desenvolve a noção de paridade participativa como um critério abrangente, orientador da busca por justiça. Constituída por “arranjos sociais que permitam a participação de todos na vida social como pares” (Castro, 2010), a paridade participativa compreende as dimensões do reconhecimento (cultural), da redistribuição (econômica) e da representação (política). Essas dimensões gozam de relativa autonomia e, ao mesmo tempo, estão sempre necessariamente vinculadas, do que resulta que uma forma de injustiça nunca se refere isoladamente a um desses aspectos, mas sempre compreende, mesmo que em diferentes medidas, os três. (Abdalla, 2015)

A questão é de como podemos pensar em espaços coletivos de forma paritária, onde não haja necessidade dos “grupos oprimidos frequentemente se deparar com a situação de serem ouvidos apenas se enquadrarem suas ideias em uma linguagem familiar e confortável ao grupo dominante.” (Collins, 2000)

É importante colocar as avaliações dos grupos de mulheres negras citados nesse trabalho, avaliou-se a participação na construção e ato do 8 de março de 2016 e 2017 como frágil politicamente e desgastante psicologicamente, considera-se que a organização interna dos coletivos foi mais produtiva. No Ato do 8 de março de 2018, houve a organização coletiva, ampliada e horizontal das mulheres negras, periféricas e populares sobre o que seriam as pautas das mulheres em Campinas/SP, diante de alguns eixos (território, gênero, raça e classe) que foram construídos devido a interação não só na organização do ato em si, mas uma interação nos eventos, mesas, formações, atos, cursos como o das Promotoras Legais Populares¹⁶ e até mesmo atividades de entretenimento político, como o Festival Mana

¹⁶ “Um projeto de cidadania sob uma perspectiva da construção da igualdade de direitos entre as diversidades étnico-racial, sexual e classe social.” Mais informações em <<http://promotoraslegaispopulares.org.br/quem-somos/>> acessado em 16 de abril de 2018.

Luta¹⁷, foi o espaço propício para que a articulação de grupos à margem se organizassem e estivessem maduros para realizar as reivindicações que precisavam sem tantos desgastes.

Foram construídas duas datas para o Ato do 8 de Março em Campinas/SP, um ato no dia 3 de Março e outro no dia 8 de Março, as reuniões do ato que foi construído no para o dia 3 de Março, não foi frequentada por nenhuma das organizações de mulheres negras citadas, com aval coletivo decidido em instâncias decisórias.

Nesse artigo, surgiu a oportunidade dessas duas organizações e outros coletivos feministas construir o Ato do dia 8 de Março. Embora as demais companheiras que construíram o ato do dia 3 de Março vissem que a organização do Ato do dia 8 de Março estava expressiva, encararam como uma afronta e criticaram os posicionamentos como “segmentação” e “racha” da luta.

Isso tem haver com essas organizações se sentirem ameaçadas, mesmo sendo convidadas para participarem das reuniões de organização se recusaram e realizaram diversos “juízos de valores” denominando como “golpe” a organização, ocorreram os dois atos em datas diferentes e no dia 8 de março a organização que realizou em Campinas/SP o ato no dia 3 de Março, foi para o Ato em São Paulo. O Ato do 8 de Março de 2018 em Campinas/SP foi expressivo e embora tenham ocorrido alguns pormenores¹⁸, tudo foi resolvido. E mesmo com número expressivo não só de mulheres, mas de mulheres organizadas nos mais diversos coletivos, a organização do dia 3 de março, não integrou o Ato do 8 de Março em Campinas/SP, mas se integraram ao ato em São Paulo.

Ao mesmo tempo em que diversas mulheres estão (ou sendo) “segmentadas” ou sendo “isoladas” para tratar de “seus” assuntos, alguns coletivos criam espaços exclusivos para que possam construir seus objetivos e pautas políticas que as atendam quanto mulheres negras,

¹⁷ “um evento independente organizado por e para mulheres como forma de mostrarmos as nossas resistências cotidianas que eclodem por todos os cantos, nas ruas, nos muros, nas músicas, nas telas, nas imagens, nos gritos, nos rabiscos, nas escritas....A ideia é realizar um encontro artístico-cultural de múltiplas linguagens para compartilharmos experiências, trocarmos afetos, saberes, aprendermos com as tantas produções realizadas por mulheres e nos fortalecermos!

Mais do que denunciar as variadas formas de violências que somos submetidas queremos mostrar nossas vozes de insubmissão, as tantas formas de resistência semeadas no dia-a-dia.

A luta se faz em variadas frentes. Nossa arte é política!” Mais informações em <<http://midialivrevaiajo.art.br/chamamento-mana-luta-reuniao-aberta-de-organizacao-2/>> acessado em 16 de abril de 2018.

¹⁸ Mais informações:

<<https://www.acidadeon.com/campinas/onlist/NOT,0,0,1312282,mulher+e+presa+em+manifestacao+no+centro+de+campinas.aspx>>

periféricas e populares. Esse reconhecimento e pertencimento proporcionado pelas iguais têm como proposta fortalecer as integrantes das organizações de mulheres negras, periféricas e populares, a organização das mulheres negras de diversos movimento sociais, se unificarem em uma Frente tem trazido alívio, apoio e força política as participante, um modo de organização quilombola¹⁹ para resistir e continuar na luta política” de seus ideais, como Beatriz Nascimento em (RATTS, 2006):

Gostaria de dar a este trabalho o título de “a memória ou a oralidade histórica como instrumento de coesão grupal”, ou ainda “A memória e a esperança de recuperação do poder usurpado”. Esta maleabilidade de títulos possíveis talvez se deva ao fato de este não ser, ainda, um trabalho concluído. Trata-se de um estudo prolongado e exaustivo. Dizendo isto, estou tentando transmitir minha experiência de pesquisa sobre os quilombos brasileiros, pesquisa que tomou, no projeto, o título de “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas”. Este projeto é também um grande sonho. Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar “quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los. Não se trata de, no meu entender, exatamente de sobrevivência ou de resistência cultural, embora venhamos a utilizar estes termos, algumas vezes como referência científica. O que procuramos neste estudo é a “continuidade histórica”, por isso me referi a um sonho. (Nascimento, 1982: 165 *apud* Alex Ratts, 2006: 57).

No geral o posicionamento não é de não mais inserir-se nesses lugares, mas de haver espaços onde haja conforto em discutir e debater ações, posições, propostas e métodos para que depois haja atuação no âmbito político mais ampliado com posicionamentos coletivos entre as iguais. Os desdobramentos dos acontecimentos discriminatórios e as suas constantes repetições com diversas outras categorias cria um grupo à margem do “supra sumo”, quanto a isso Fraser faz o alerta com relação a política institucional, mas podemos levar essa reflexão para a política dos movimentos sociais:

Não compete aos formuladores de política pública interferir nas crenças e no imaginário dos indivíduos; eles podem ser tão homofóbicos, racistas ou sexistas quanto queiram, no entanto os padrões culturais excludentes devem ser banidos das instituições. Esse banimento dos padrões culturais excludentes não se dará apenas por sabedoria e benevolência dos dirigentes e gestores públicos. Na medida em que os cargos públicos de representação sejam ocupados exclusivamente pelos segmentos hegemônicos da população, a tendência é que não haja a moralização das regras institucionais. (Fraser, *apud* Castro, 2010: 4)

Ainda se reinstitui as lógicas de relações políticas, econômicas e culturais em que o poder que é legitimado a uma pessoa, a um determinado corpo tem a necessidade de se afirmar, como se as demais pessoas e corpos não tivessem acesso às inferioridades que são

¹⁹ Beatriz Nascimento, ao definir quilombo, contempla as formas de resistência que o negro manteve ou incorporou na luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou um marco na sua capacidade de resistência e organização. (Jornal Opção, 2014) Mais informações no texto “Kilombo e memória comunitária – um estudo de caso” de Beatriz Nascimento publicado em 1982 na Revista de Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro.

submetidos os seus corpos. É preciso pensar outros formatos e posturas de organização, onde impere menos os valores ocidentais para construirmos um feminismo de todas de fato, as reflexões desse artigo são de que a convivência de forma paritária e inserção de grupos discriminados possam trazer o conflito, e o mesmo, a mudança de algumas mentalidades com relação aos indivíduos que são estereotipados e “caricaturizados” de diversas formas na nossa sociedade.

Conclusões

A questão racial é mal resolvida no Brasil e enquanto não pensarmos nesse assunto quanto fator que estrutura as nossas relações cotidianas e nos negamos à integração e inclusão, estaremos adiando a resolução de um problema muito anterior a nós todos e todas, e que tem implicações terríveis para a negritude e ruins para a vida da branquitude que vive nesse não pertencimento e irreconhecimento de sua própria identidade, se por vezes é “brasileiro” por outras se integrará aos códigos sociais estabelecidos por grupos que são inferiorizados. A interação social não se dá completamente.

Comportamentos racistas e de tutela sobre as mulheres negras, periféricas e populares, é um artifício constantemente utilizado para inferiorizar o potencial de suas ações individuais ou coletivas e isso ficou explícito no caso da discussão sobre o manifesto narrada nesse trabalho. A reflexão precisa seguir no sentido de inclusão e integração das mulheres negras, periféricas e populares em toda sua complexidade, pois enquanto as mulheres negras estavam dispersas em organizações estritamente feminista, ou seja, apenas com a discussão de gênero, não havia desconforto, a partir do momento em que as mulheres negras se organizam em grupos que tem aliança política com outros coletivos e uma diversidade imensa de pautas, porém com prioridade na pauta racial, isso começa a ser um problema.

Para isso argumentamos no sentido de que, se há uma raça inferiorizada politicamente, há outra que tem a sua legitimidade garantida para operar quanto superior e se racializamos o debate em brancos e negros, ambos estão defendendo interesses de seus grupos étnicos a diferença é que temos um grupo étnico que tem uma grande legitimidade e aparato político, econômico e social para realizar isso e outro grupo que está sem nenhum aparato desde sempre nesse país.

Para operarmos com paridade política e justiça social, faz-se necessário refletir até que ponto as organizações progressistas estão dispostas a realizar o debate racial e todas as interseccionalidades no mesmo grau de importância que as demais pautas tão necessárias e importantes ao campo progressista do nosso país, principalmente no momento político em que vivemos, com golpes infundados na nossa frágil democracia brasileira. Não haverá outro grupo capaz de absorver e incluir essas pautas transformando-as em ações políticas, políticas públicas e critérios de inclusão que não seja esse, é um desafio para o campo progressista pensar e agir efetivamente contra os padrões estabelecidos, pois tudo o que foi transformado é fruto de muitas lutas.

Porém é essencial e urgente que os movimentos sociais repensem o que é inclusão e de que forma realizaremos isso coletivamente. E se faz sentido, a luta antirracista ser realizada fora dos campos progressistas “tradicionais”, inevitavelmente teremos desconfortos iniciais nessas alianças, porém devemos ter em mente que a luta antirracista consegue avançar por quantidade, pela maioria da população ser e se reconhecer quanto negra.

A questão racial precisa ser assunto transversal de todas as temáticas que diz respeito a direitos nesse país. As reflexões que queremos levantar é a de que as alianças são necessárias para avançarmos e que precisamos revisitar os nossos posicionamentos com relação a categorias histórica, social, econômica e estruturalmente excluída, e que são a maioria à margem nas mais diversas situações e que por esse motivo suas pautas devem ser consideradas.

Referências

ABDALLA, J. **Participação paritária versus a experiência das mulheres negras norte-americanas: o caso da exploração sexual**CampinasNo prelo., , 2015.

CASTRO, S. DE. Nancy Fraser Ea Teoria Da Justiça Na Contemporaneidade. **Revista Redescições: Revista on-line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-Americana**, v. 2, n. 2, p. 1–9, 2010.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New Youk - London: [s.n.].

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. p. 7–16, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

FRASER, N. Feminism , Capitalism , and the Cuning of History To cite this version : HAL Id : halshs-00725055 Feminism , Capitalism , and the Cuning of History An Introduction. 2012.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223–243, 1984.

HONNETH AND FRASER; AXEL, N. **Redistributiofl or Recognition? A Political-Philosophical Exchange.** primeira ed. London-New York: [s.n.].

RATTS, A. **Eu sou atlântica.** [s.l: s.n.].

SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. p. 160, 2012.